

Arquiteto e prefeitura fazem restrição a PDU

O Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção do Espírito Santo, e a Prefeitura de Vitória fecharam questão contra o Sindicato da Construção Civil quanto a proposta do Plano Diretor Urbano do município (PDU), que limita o afastamento lateral à altura dos novos prédios, visando facilitar a ventilação e entrada de luz em seus interiores. A iniciativa privada reivindica a liberalização desta medida, de forma a permitir que um edifício possa ser construído junto a outro.

Alegando não ter "interesse de abrir polêmica entre as entidades que discutem o PDU", o chefe do Departamento de Controle de Edificação da Prefeitura de Vitória, Danilo Lins Martins, não divulgou as reivindicações do IAB-ES, Sindicato da Construção Civil e Federação das Indústrias, que ontem entregaram a ele documentos neste sentido. Deixou claro que sua intenção é conseguir "o consenso dessas entidades, o que seria prejudicado se a imprensa noticiasse possíveis contradições existentes".

DIVERGÊNCIAS

Ontem, pela manhã, várias entidades se reuniram na Prefeitura de Vitória para apresentar suas reivindicações sobre as propostas do PDU, que sofreu neste ano várias alterações em relação ao seu texto original. Este foi o penúltimo encontro — o último será dia 14 próximo — antes da Prefeitura encaminhar o novo projeto à Câmara Municipal.

O chefe do Departamento de Controle de Edificações, que vem coordenando as reuniões pela Prefeitura de Vitória, alegou que não teve tempo para examinar as reivindicações apresentadas ontem, e impediu que o repórter tivesse acesso a elas. Contudo, resumiu alguns pontos das discussões do PDU.

Disse, por exemplo, que alguns órgãos convidados para o encontro não compareceram e entendeu estas ausências como fator de "satisfação em todos os pontos do PDU, ou então com as modificações que foram apresentadas pelos outros órgãos".

Outro ponto enfatizado por Danilo Lins Martins foi o Conselho Municipal do PDU, que teve algumas de suas normas alteradas, visando dotá-lo de maior autonomia do que propunha o projeto original. Disse

que a Prefeitura não aceitará a inclusão de nenhum outro membro no conselho, como quer o Sindicato da Construção Civil do Espírito Santo. "Se fosse aceita esta reivindicação, teríamos o sindicato atendendo interesses de seus associados, o que não seria interessante para a comunidade".

Ratificando as declarações do presidente do IAB-ES, Cléber Frizera, Danilo Lins Martins disse ainda que dois pontos do PDU poderão gerar controvérsias — "são os que se referem ao afastamento lateral dos prédios e ocupação do solo urbano. A Prefeitura, neste sentido, não é inflexível, mas acha que haverá consenso no que está sendo proposto".

Disse também que a Prefeitura "só será inflexível naquilo que poderá mudar a filosofia do PDU, como permitir numa determinada região o aumento do gabarito de construção, ao ponto de alterar a densidade demográfica estabelecida. Na Praia do Canto, por exemplo, só é permitido prédio de 12 pavimentos no máximo, porque prevemos para aquela área um determinado número de habitantes".

CONSENSO DIFÍCIL

Por sua vez, o presidente do IAB-ES, Cléber Frizera, considerou divergente a reivindicação do Sindicato da Construção Civil que propõe liberalização do afastamento lateral dos prédios. Segundo disse, este ponto é questão fechada para o Instituto dos Arquitetos e para Prefeitura, que não abrem mão do que determina o PDU.

Explicou que, enquanto o PDU propõe um limite de afastamento lateral entre um e outro prédio, visando facilitar a entrada de ventilação e luz, o Sindicato da Construção Civil quer ter condições de construir dois ou mais juntos, aproveitando ao máximo a utilização do solo. Essa pretensão, na opinião de Cléber Frizera, "é de difícil consenso".

Uma das propostas do IAB-ES sobre o PDU, segundo Cléber, refere-se à definição de melhor conceito de recursos e afastamentos previstos no plano. Em seu entender, o texto do projeto vinha gerando "confusão" na interpretação dessas terminologias.